

Yeda anuncia o 1º grau em nove anos

Ari Aragão

Todas as crianças que, a partir do ano que vem, entrarem para as escolas municipais do Rio, farão o 1º grau em nove anos ao invés de oito. A medida, anunciada ontem pela Secretária Municipal de Educação, professora Maria Yeda Linhares, objetiva aumentar o tempo de permanência do aluno na escola — a média, no Rio, é de 1,7 anos — e tornar efetiva a sua alfabetização.

Como 50% das crianças da primeira série da escola pública são reprovadas ou saem do colégio ao final de um ano, a alfabetização será agora feita em dois anos, quer as crianças entrem para a escola com seis ou sete anos. Levantamentos realizados pela Secretaria mostraram que apenas 11,34% dos alunos que entraram para a escola em 1975 terminaram o 1º grau no tempo normal, em 1982.

Problema antigo

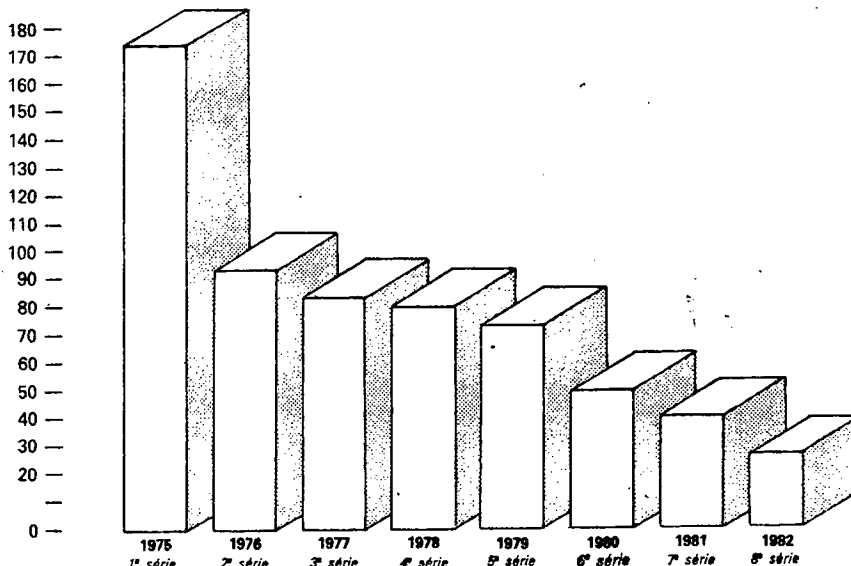
Em 1975, um total de 175 mil 940 crianças foram matriculadas na primeira série das escolas públicas da rede municipal do Rio. Em 1982, apenas 20 mil 973 adolescentes terminaram o 1º grau nestas mesmas escolas. Considerando-se que todos esses alunos tenham entrado para a escola cinco anos antes e que os demais perderam-se no curso do processo escolar, constata-se que apenas 11,34% dos inscritos em 1975 fizeram o 1º grau no período de oito anos.

O principal ponto de estrangulamento do sistema é a primeira série — 50% de evasão e repetência — mas os índices de aproveitamento da quinta para a sexta série também são baixos — 30% de reprovados. O grupo responsável pelo levantamento ressalta que os índices de evasão e repetência nas escolas públicas do país vêm-se mantendo, há cerca de 40 anos, em torno de 50%.

Os professores que fizeram o relatório sobre o aproveitamento dos alunos da escola pública no Rio ressaltaram que, durante esse período, foram feitas várias mudanças na legislação do ensino e em sua estrutura administrativa, sem resultados positivos. Os depoimentos por eles recolhidos nos DECs (Distritos de Educação e Cultura) referendaram que a questão da evasão e repetência escolar é um fatalismo biológico ou sociológico. Apenas um pequeno grupo, segundo o relatório, incorporou o contexto sócio-econômico-político, procurando descobrir dentro da escola as causas dos índices de repetência.

Evasão de alunos no ensino do 1º grau na rede oficial

(Em 1000 alunos)



Dos 180 mil alunos de 1975, só 15% completaram o 1º grau

Para tentar atenuar esses altos índices de evasão e repetência na escola pública, a Secretaria Municipal de Educação vem tomando algumas medidas desde o ano passado. Por exemplo, o fim do terceiro turno em algumas escolas. Mas, em 1985, será adotada uma medida que a Secretária Maria Yeda Linhares espera que venha a produzir efeitos positivos dentro de cinco ou seis anos: dar ao 1º grau mais uma série.

“Na prática”, ressalta ela, “o 1º grau em nove anos e não em oito é um pouco fora da lei. Mas eu acho que, quando a lei está prejudicando a escolarização de crianças pobres, temos que encontrar formas de torná-la mais flexível e mais adaptada à realidade”.

Para dar ao 1º grau nove anos, o Conselho Estadual de Educação reconheceu a classe de alfabetização como parte do 1º grau e não do pré-escolar, como era considerada até há pouco. Assim, a alfabetização passará, a partir de 1985, a ser feita em dois anos para todas as crianças que ingressem em escolas da rede pública municipal do Rio. Este ano, estas escolas já receberam algumas crianças de seis anos para as classes de alfabetização.

“Com isto”, frisa a Secretária Municipal de Educação, “estaremos dando à criança da escola pública as mesmas oportunidades que aos alunos da classe

média que entram para a escola particular”.

Mais aulas

O enriquecimento curricular, com aulas suplementares das diversas disciplinas para os alunos que tiverem maior dificuldade, é uma outra medida que a professora Maria Yeda Linhares pretende adotar já a partir do ano que vem nas escolas da rede municipal. “Cabe à escola”, diz ela, “fazer com que o aluno fique mais tempo nela e acredito que, com uma assistência suplementar depois do período normal das aulas, poderemos levar o aluno a diferentes formas de expressão da linguagem, até que ele encontre uma forma de se entrosar no ritmo de trabalho da escola”.

Ela afirma ser contrária à promoção automática, medida adotada e abandonada — por não ter surtido efeito — pela Secretaria Estadual de Educação, no governo anterior, mas defende uma nova forma de avaliação do aluno que, no seu entender, deve continuar a ser feita com base no conteúdo.

“Não pretendemos baixar o nível de exigência”, enfatiza, “mas também não é justo eliminarmos do sistema uma criança de 10 anos só porque ela não domina aquilo que a escola considera fundamental, mas não ensinou de forma conveniente”.

REGIS FARR